

**Contribuições da Metateoria Estruturalista às discussões sobre
os fundamentos da sociologia como disciplina científica**

Pablo Rubén Mariconda (Supervisor)

Cláudio de Abreu Júnior

**Universidade de São Paulo
Departamento de Filosofia**

**São Paulo
2018**

Enunciado do problema

1. As ciências sociais possuem uma longa história, mas recém tornam-se autoconscientemente científicas no século XIX. Os primeiros representantes de um enfoque científico no estudo da sociedade e seus problemas, dentro dos quais se incluem Comte (1830-1844) e Mill (1843), propuseram um programa positivista (ou naturalista) que usava os mesmos métodos para o estudo tanto das ciências naturais como das ciências sociais. Contudo, esta não é a única posição filosófica possível frente a esta temática. Estavam também aqueles que, como Dilthey (1833), entendiam que a conduta humana deveria ser estudada por meio da interpretação, prestando especial atenção à história.

Se bem parece ser consensual que a ideia de que o que importa é que cada cientista deve respeitar as normas racionais – como, por exemplo, as de precisão linguística, intersubjetividade, prova escrupulosa e rigorosa – deve ser geralmente aceita por todos os cientistas, seguem existindo na opinião de muitos cientistas sociais (com implicações no que se refere às bases cognitivas destes dois tipos de ciências) diferenças entre as ciências naturais e sociais em termos do objeto de estudo e em termos metodológicos.

Quanto ao objeto de estudo, como bem sintetiza Druwe (1987), importa saber se as realidades “natureza” e “sociedade” apresentam contrastes de princípio, de modo que seja possível justificadamente falar de diferenças no campo de estudo (problema, aplicação, estudo mesmo e universo de discurso). Se são distintas, as ciências naturais e sociais devem manifestar as seguintes diferenças: (a) as naturais tratam de questões e problemas da “natureza” enquanto que as ciências sociais o fazem de questões e problemas da “sociedade”; (b) de modo geral, as ciências naturais são formalizadas (ou formalizáveis), enquanto que nas ciências sociais se admite a formalização somente em poucas áreas. Por outra parte, a filosofia parece estar presente na maioria (se não em todas) as ciencias sociales e não é possível afirmar que esteja presente em qualquer ciência natural; (c) no que se refere ao campo real (mais específico) de estudo, a diferença pode ser equiparada com a do campo de problema, por um lado está a natureza e por outro a sociedade; (d) é possível estabelecer, com respeito ao universo de discurso, que quase somente as ciências naturais são quantificáveis, enquanto que nas ciências sociais são as variáveis qualitativas as que desempenham o papel mais importante (Cf. DRUWE, 1987, p. 99).

No que respeita às diferenças metodológicas, como indicado, a divisão entre as ciências permite a diferenciação de duas posições metodológicas principais:

A primeira se origina no positivismo com seu postulado metodológico básico do *monismo metodológico*. Descrito aproximadamente, defende que todas as ciências têm à física como um ideal

metodológico. Isto é especialmente certo da interpretação da explicação científica: é causal, ou consiste na subsunção dos fatos individuais sob às leis.

A segunda posição metodológica se baseia na nova forma científica das humanidades e se define geralmente como hermenêutica. A característica essencial desta posição é a derrubada do monismo metodológico sobre a base de que as humanidades propõem especialmente registrar características individuais e especiais. Longe de levar a controvérsia do século XIX a um ponto final, o surgimento da moderna filosofia da ciência lhe deu um novo impulso. (DRUWE, 1987, pp. 99-100)¹

A discussão metodológica continua no século passado dentro da dicotomia *explicação-compreensão* (WRIGHT, 1971).

Este contexto, se bem bastante difundido e aceito, não corresponde à realidade. O próprio Druwe, depois de haver apresentado uma consistente argumentação contra a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais referente ao campo de estudo e à metodologia, afirma:

Nem por seus campos de estudo, nem em suas metodologias as ciências naturais e sociais diferem tão fundamentalmente que o dualismo possa ser sustentado hoje em dia. Este efeito é possível atribuir, em particular, à transformação das ciências naturais modernas em uma ciência diacrônica, probabilística. A “nova” concepção das ciências naturais tem um parecido tão notável com as ciências sociais que as ciências naturais e sociais poderiam ser descritas de forma conjunta como as ciências empíricas. (DRUWE, 1987, p. 105)

Além dos argumentos de Druwe contra tal distinção, especificamente acerca da dicotomia *compreensão/explicação* (principal argumento a favor de uma diferenciação quando não substancial ao menos de um grau importante entre ciências naturais e ciências sociais), Stegmüller (1979) exemplifica de modo preciso a existência de explicação nas ciências sociais e de compreensão nas ciências naturais. Como consequência do estudo de Stegmüller, é possível concluir que sob esta dicotomia não existe distinção alguma. Ao analisar *a*) o dilema da interpretação da própria língua, *b*) o dilema da interpretação de uma língua estrangeira, *c*) o problema do círculo teórico, *d*) o dilema da perspectiva do observador, *e*) o dilema da confirmação na distinção entre conhecimento de fundo e fatos, Stegmüller mostra que a expressão “círculo da compreensão” designa toda uma família de problemas conceituais que são dificuldades reais, mas solucionáveis. Cada membro específico desta família admite/requer um tratamento analítico exato/específico, ou seja, onde ocorra uma destas dificuldades não é possível apresentar uma *solução filosófica global* pois encontrar a solução para cada problema específico é uma questão para as ciências particulares. Por fim, se percebe com o trabalho de Stegmüller que nenhuma forma do círculo da compreensão, o seja, nenhum dos dilemas nominados, serve para distinguir as ciências sociais das ciências naturais.

¹ Todas as citações apresentadas no presente projeto estão em tradução livre.

2. Por outro lado, se bem o problema acerca da natureza e estrutura das teorias científicas também possui uma longa tradição, é retomado e ulteriormente desenvolvido durante o século XX, constituindo-se em um dos temas centrais da reflexão filosófica sobre a ciência ou filosofia geral da ciência. Com relação a este tema, podemos encontrar três posições, correspondentes a sucessivas etapas pelas quais passou a filosofia da ciência no século XX² (e segue no que já decorreu do XXI): uma etapa clássica, uma etapa historicista e uma etapa semanticista. A fim de apresentar o contexto metateórico onde surge a discussão da filosofia da sociologia, ou seja, o contexto da filosofia clássica da ciência, importa dizer que no transcurso do tempo que vai desde fins de 1920 até fins de 1950, a filosofia da ciência iniciada em Viena (pelo Círculo de Viena – plasmada em Carnap, Hahn e Neurath (1929) – e continuada, por razões alheias à filosofia mesma, principalmente nos Estados Unidos) se instaura como corrente principal. Durante essa etapa, a filosofia da ciência foi marcada não por uma só concepção, mas por um conjunto de tentativas de elucidar o conceito de teoria. É possível dizer que se bem todos os filósofos pertencentes a essa fase consideravam às teorias como conjuntos de enunciados organizados dedutiva ou axiomáticamente, nem todos concordavam acerca do modo específico que isto deveria ser compreendido e precisado. Neste contexto, a concepção mais madura e elaborada, fruto de diferentes análises, críticas e sucessivas tentativas encaminhadas a superá-las a encontramos em Carnap (1956 e 1966). De acordo com esta versão, as teorias científicas particulares podem ser apresentadas sob a forma de um sistema interpretado que conste de: *a*) um sistema axiomático, e *b*) um sistema de regras semânticas para sua interpretação. Foi a partir desta concepção que se consolidou a discussão sobre os fundamentos da sociologia levada a cabo por aqueles sociólogos preocupados com os fundamentos de sua disciplina.

Também os aportes da etapa historicista da filosofia da ciência tiveram (e seguem tendo) um importante papel nas discussões sobre os fundamentos da sociologia. Esta nova etapa, constituída maiormente por pensadores interessados na história da ciência, tratou de recuperar e aprofundar os problemas tratados na etapa clássica. Entre Lakatos, Feyerabend, Toulmin e Laudan, é Kuhn o pensador que alcança maior destaque, em especial por sua obra *A estrutura das revoluções científicas* (1962). Um dos principais aportes de Kuhn à filosofia da ciência foi apresentar a ideia de longas permanências no tempo de sólidos marcos conceituais que evoluem, se enriquecem, têm sua decadência e finalmente são substituídos. A ciência passa a ser entendida como nascimento, desenvolvimento, crises e substituição de *paradigmas*. Desde a

² No que se segue se fará referência apenas à noção de teoria, o que não implica dizer que nas sucessivas etapas da filosofia da ciência não sejam discutidos outros temas.

segunda metade do século passado esta noção passou a ter muita importância para a discussão dos fundamentos da sociologia.

Por outra parte, a etapa semanticista³ representa mais um salto de qualidade nas discussões metateóricas no seio da filosofia da ciência ao longo do século XX. Suas “características gerais” são aquelas que conferem unidade às várias concepções de teoria desenvolvidas nessa etapa. Estão as propostas de McKinsey, Sugar e Suppes (1953), Suppes (1957, 1967 e 1970), Adams (1955 e 1959), van Fraassen (1970 e 1972), Suppe (1967, 1972, 1974 e 1989), Giere (1979 – com revisões em 1991 e em 1997 – e 1988), Sneed (1971) e Balzer, Moulines e Sneed (1987). Ainda que alguns autores estejam em desacordo no que respeita às teses filosóficas substantivas, tais filósofos da ciência estão de acordo no que tange ao modo e ao marco no qual abordar os problemas filosóficos. Os elementos comuns entre eles são:

- (1) Uma teoria se caracteriza em primeiro lugar [...] por determinar um conjunto de modelos; apresentar/identificar uma teoria é apresentar/identificar a família de seus modelos característicos. A determinação dos modelos se realiza mediante uma série de princípios ou leis. As leis devem ser entendidas, portanto, como definindo uma classe de modelos: “*x* é um modelo da teoria... sse *def*_—(...*x*...)”, onde *—* expressa as leis em questão. [...] as leis determinam quais entidades são as que se comportam de acordo com a teoria; [...]
- (2) Uma teoria não somente determina, por meios de suas leis, uma classe de modelos. Se somente fizera isso, pouco teríamos. [...] Uma teoria determina uma classe de modelos para algo: para dar conta de certos dados, fenômenos ou experiências correspondentes a determinado âmbito da realidade. Parte da identificação da teoria consiste então na identificação desses fenômenos empíricos dos quais pretende dar conta.
- (3) Uma vez identificados os modelos teóricos abstratos e os fenômenos empíricos dos quais se pretende dar conta, temos o essencial da teoria. O que faz a teoria é definir os modelos com a pretensão de que representem adequadamente os fenômenos [...] A asserção empírica afirma que entre os sistemas empíricos dos que queremos dar conta e os modelos determinados pelas leis se dá certa relação. Esta relação pode ser de diversos tipos, mais fortes ou mais débeis, segundo as versões. [...] Contudo, mais além dos detalhes [...] o essencial é que a asserção empírica expressa a pretensão de que nossa teoria representa adequadamente a “realidade”, isto é, que nossos modelos se “aplicam bem” aos sistemas a explicar. É assim como a teoria diz como é “o mundo”, esses “pedaços do mundo” dos que quer dar conta em seu âmbito de aplicação específico. Diz que “o mundo” é de certo modo, ao afirmar que certos sistemas empíricos específicos são (ou se aproximam a, ou se subsumem sob) modelos [que estão] entre os que ela definiu; “o mundo”, os sistemas empíricos, se comporta “desse” modo. (DÍEZ; LORENZANO, 2002, pp. 33-34)

Este é o cenário geral da etapa semanticista da filosofia da ciência no que respeita à noção de teoria científica. Cada concepção específica/instância de uma maneira particular estas ideias.

A mais destacada entre as concepções semânticas, quer seja por seu aporte conceitual⁴ quer seja por seus aportes no que se refere tanto ao tratamento de temas centrais à filosofia da

³ “Nas últimas décadas, a concepção semântica tem substituído crescentemente à concepção sintática como a nova concepção herdada das teorias.” (CONTESSA, 2006, p. 376) Ainda mais: “[n]as últimas quatro décadas a concepção semântica das teorias chegou a ser a concepção ortodoxa sobre os modelos e as teorias.” (FRIGG, 2006, p. 51)

⁴ “O modelo estruturalista das teorias é impressionante em dois aspectos: primeiro, apresenta uma análise muito detalhada do que pode ser chamada a estrutura profunda de uma teoria empírica. Segundo, se mostrou que uma

ciência como o tratamento de casos concretos (DIEDERICH; IBARRA; MORMANN, 1989 e 1994 e também ABREU; LORENZANO; MOULINES, 2013), é a Metateoria Estruturalista (ME). A concepção de teoria que brinda esta corrente filosófica em filosofia da ciência apresenta três perspectivas, duas delas de caráter sincrônico e uma de caráter diacrônico: a) a de *elemento teórico* – noção sincrônica restringida –, b) a de *rede teórica* – noção sincrônica ampla – e c) a de *evolução teórica* – noção diacrônica.

Elementos teóricos. Para a metateoria estruturalista, o tipo mais simples de estrutura conjuntista que pode ser aceito como uma teoria empírica T é denominado *elemento teórico* e pode ser identificado, inicialmente, com o par ordenado $\langle K, I \rangle$: o *núcleo* K e o campo de *aplicações intencionais* I . O *núcleo* K , a identidade formal de T , é um quártuplo ordenado $\langle M_p, M, M_{pp}, C, L \rangle$. M_p – *modelos potenciais* – simboliza a classe total de entidades que satisfazem as condições que caracterizam matematicamente o aparato conceitual da teoria; são aquelas estruturas sobre as quais faz sentido perguntar se são modelos, mas ainda não se sabe se efetivamente o são. M – *modelos* – simboliza a classe total de entidades que satisfazem a totalidade das condições introduzidas, ou seja, satisfazem também a(s) lei(s). A dicotomia entre dois níveis conceptuais – o nível dos conceitos específicos da teoria T em questão (conceitos *T-teóricos*) e o nível dos conceitos tomados de outras teorias (conceitos *T-no-teóricos*) – se reflete na distinção dos conjuntos M_p e M_{pp} – *modelos parciais*. M_{pp} simboliza a classe total de entidades concebíveis com os conceitos *T-no-teóricos*, ou seja, os sistemas possíveis aos quais é concebível aplicar T . Constituem, por assim dizer, a base empírica da teoria – em sentido relativo. C – *constritores* – simboliza a classe total de relações “inter-modélicas” que conectam de determinadas maneiras fixas os valores que podem assumir conceitos teóricos correspondentes de diversos modelos; isto é muito importante, uma vez que os modelos de uma teoria não aparecem isolados, mas sim interconectados, formando uma estrutura global. C – *vínculos interteóricos* – simboliza a classe total de relações existentes entre distintas teorias, ou seja, relações interteóricas.

Todo elemento teórico está dado não somente pelo núcleo K , mas também pelo campo de *aplicações intencionais* I . As aplicações intencionais são aqueles sistemas empíricos aos quais se quer aplicar a(s) lei(s). $I \subseteq M_{pp}$ é tudo o que pode ser dito sobre o conjunto I de aplicações

série de teorias científicas reais podem ser reconstruídas como redes teóricas.” (ENQVIST, 2011, p. 107) E mais: “Os estruturalistas alemães (*sic*) sem sombra de dúvidas oferecem o tratamento mais satisfatoriamente detalhado e bem ilustrado da estrutura das teorias científicas disponível.” (CARTWRIGHT, 2008, p. 65) Por fim: “The Sneedean school analyzed the theoretical and non-theoretical division, the division of typifications (or patterns) and laws, the problem of reduction and emergence of theories, and the unity or diversity of sciences with their approach of model theory and got successful results, while the Received View made no progress with any of those problems. It is very interesting that some philosophers want to develop this model-theoretic approach in philosophy of science and thus form the ‘new Vienna school’.” (QI; ZHANG, 2012, p. 152)

intencionais desde um ponto de vista puramente estático e semântico. O campo I é um conjunto *aberto*, que não pode ser definido mediante a introdução de condições necessárias e suficientes para sua pertença e cuja extensão não pode ser dada de uma vez e para sempre; é, sim, um conceito pragmático e diacrônico. Contudo, não se trata de um conceito indeterminado, uma vez que os científicos podem indicar aqueles sistemas empíricos aos quais pretendem aplicar a teoria em questão. Arquétipos deste tipo de indicação são os exemplos utilizados em livros de texto e/ou em exercícios de fixação e/ou avaliativos. A relação entre o núcleo K e o conjunto das aplicações pretendidas I se instaura mediante uma *asserção empírica*, ou seja, a afirmação de que certos sistemas empíricos concretos (como dito, indicados pelos cientistas), descritos T -no-teoricamente, têm o comportamento que as restrições legais (lei(s), constritor(es) e vínculo(s) interteórico(s)) determinam a nível T -no-teórico.

Redes teóricas. Algumas teorias científicas reais podem ser efetivamente reconstruídas como *um* elemento teórico. Porém, isto é verdadeiro somente para os tipos mais simples de teorias que podem encontrar-se na literatura científica. Mais frequentemente, teorias únicas em um sentido intuitivo devem ser concebidas como agregados de vários (e por vezes um grande número de) elementos teóricos. Esses agregados são chamados *redes teóricas*. Isto reflete o fato de que a maioria das teorias científicas possuem leis de distintos graus de generalização dentro do mesmo marco conceitual. Uma teoria é um sistema fortemente hierárquico. Neste contexto, a ideia é que o conjunto de elementos teóricos represente a estrutura sincrônica de uma teoria em seus diferentes estratos, isto é, em seus diversos níveis de "especificidade". Tal conjunto, partindo de elementos muito gerais, vai se concretando progressivamente em direções diversas cada vez mais restritivas e específicas, o que resulta nos "ramos" de *especialização* da rede teórica. A relação que deve dar-se entre os elementos teóricos para considerar o conjunto uma rede teórica é uma relação não-dedutiva, com as características de ser reflexiva, antissimétrica e transitiva. A ideia que está por trás desta relação é fácil de precisar. Um elemento teórico T é especialização de outro T' se T impõe restrições adicionais às de T' . Em geral, há uma única lei fundamental "na cúspide" da hierarquia – que conecta todos os termos ou conceitos básicos da teoria em uma "grande" fórmula que a respectiva comunidade aceita como válida em todas as aplicações da teoria e cuja função primária é prover um marco para a formulação de outras leis – e uma série de leis mais especiais – que se aplicam a um domínio mais restringido – com distintos graus de especialização. Uma especialização na qual são especificados todos seus componentes se denomina "especialização terminal". Cada lei especial determina um novo elemento teórico. O que mantém unida/reune a série total de leis na hierarquia é, em primeiro lugar, o marco conceitual comum M_p ; em segundo lugar, a distinção comum entre os níveis T -

teórico e *T*-não-teórico; e, em terceiro, o fato de que todas elas são especializações da mesma lei fundamental. Devido a que o núcleo *K* do elemento teórico mais específico *T* se pretende aplicar somente a algumas aplicações do mais geral *T'*, o domínio de aplicações pretendidas *I* de *T* é menor que o de *T'*, estando incluído nele. Uma *rede teórica* é então um conjunto de elementos teóricos conectados mediante a relação de especialização. Um elemento teórico que não é especialização de nenhum outro é denominado elemento teórico básico, a partir do qual se especializam os restantes, até chegar às especializações terminais.

Evolução teórica. Uma sucessão de *redes teóricas* que apresente algumas características, a saber, a conservação constante de certos componentes ao longo do tempo. Dito de outro modo, uma sequência de redes teóricas no tempo histórico sujeita a algumas restrições. Importa dizer que esta noção não abarca todos os tipos possíveis de *desenvolvimentos teóricos*, mas que se aplica ao que em linguagem kuhniana se denomina “ciência normal”. Além disso, com a noção de *evolução teórica* se apreende somente os aspectos cinemáticos do desenvolvimento de uma teoria, ficando sem tratamento os aspectos dinâmicos. Uma *evolução teórica* é um processo de *mudança intrateórica*, em que as *redes teóricas* presentes compartilham o núcleo básico (núcleo do *elemento teórico básico*) e, além disso, as aplicações paradigmáticas. Compartilhar o núcleo básico significa que todo *elemento teórico* de uma *rede teórica* nova é *especialização* de algum *elemento teórico* da *rede teórica* prévia. Que compartilhem as aplicações paradigmáticas significa cumprir com a condição de que a interseção do conjunto de *aplicações intencionais* do primeiro *elemento teórico básico* com o conjunto de *aplicações intencionais* do último *elemento teórico básico* da evolução teórica não resulte no conjunto vazio: deve haver ao menos uma *aplicação intencional paradigmática* que permaneça ao longo da *evolução teórica*.

Podemos então reconstruir o essencial da ideia intuitiva de uma mudança intrateórica da seguinte maneira: um desenvolvimento científico de tipo *mudança intrateórica* é um processo *evolutivo* gradual que podemos representar formalmente como uma sucessão finita $\langle N_1, N_2, \dots, N_n \rangle$ de redes teóricas (em que cada subíndice representa um determinado período histórico na evolução da teoria) que satisfaz certas condições de continuidade parcial tanto a nível teórico como aplicativo. (DÍEZ; MOULINES, 2008, p. 468.)

A continuidade não é necessária para os *modelos* e *constritores* especiais como tampouco para as aplicações não-paradigmáticas. As variações que ocorrem nas sucessivas *redes teóricas* não são o suficientemente fortes (mas sim, acidentais) para ser possível postular razoavelmente que se trate de outra teoria. São transformações na mesma teoria, *mudanças intrateóricas*, ou seja, o *desenvolvimento teórico* de uma teoria.

3. No que se refere à relação entre filosofia geral e filosofia especial da ciência, para o presente estudo, interessa especificamente a capacidade da filosofia geral da ciência de exercer influência sobre filosofia da sociologia desenvolvida por sociólogos preocupados com os fundamentos de sua disciplina. As etapas clássica e historicista exerceram (e seguem exercendo) influência, enquanto que a etapa semanticista segue completamente ausente das discussões. É notório que Merton (1949) e Galtung (1967), por exemplo, trabalham desde a perspectiva da filosofia clássica da ciência; por sua vez, o mesmo Merton (1968) e também Alexander (1987 e 1988) e Ritzer (1980 e 1988), explicitamente trabalham desde a perspectiva da filosofia historicista da ciência. Seguindo este caminho, seria de esperar que, por exemplo, Alexander (1998), Ritzer (1990 e 1993), Becker (1998), Prado (1992), Zabłudovsky (1995), Manicas (2006), Abend (2008), Toledo-Nickels (2008), Swedberg (2012 e 2014), desenvolvessem seus trabalhos tendo em conta a filosofia contemporânea da ciência; mas este não é o caso, todos estes trabalhos continuam ainda tendo como referência as etapas clássica e historicista da filosofia da ciência.

Citando apenas alguns textos canônicos, este é o caso, por exemplo, das discussões sobre a relação entre teoria e experiência (desde Merton (1945 e 1948) até Becker (1998)), sobre a distinção entre “investigação empírica” e “investigação teórica” (desde Merton (1968) até Alexander (1988) e Abend (2008)), sobre a importância dos clássicos para a disciplina (também ao menos desde Merton (1968) até Alexander (1988) e Abend (2008)). De certo modo os trabalhos de Swedberg (2012 e 2014) tocam também estas temáticas e, na presente década, ainda seguem a tradição/concepção enunciativa (clássica e historicista) de ciência.

4. Frente a esta situação, a investigação a que este projeto se propõe tem como objetivos específicos retrabalhar, dando sequência ao trabalho iniciado na tese de doutorado (ABREU, 2014b) e outros estudos (ABREU, 2012 e 2014a e também LORENZANO; ABREU, 2012), quatro temas centrais às discussões sobre os fundamentos da sociologia, a saber, *a*) a relação entre teoria e investigação, *b*) a distinção entre trabalhos “teóricos” e “empíricos”, *c*) a relação, a princípio peculiar, da sociologia atual com os trabalhos clássicos dos pais fundadores da disciplina e, por fim, *d*) a dicotomia compreensão/explicação. Mesmo assumindo que é evidente que as discussões acerca dos fundamentos da disciplina levadas a cabo por sociólogos avançaram muito nas últimas décadas, parte-se da hipótese de que tais discussões não avançaram/avançam mais pela razão de que se efetivam ainda no marco da filosofia enunciativa da ciência (clássica e historicista). Sob essa hipótese, por meio dos quatro objetivos específicos recém citados, se consolida o objetivo geral, explicitar a utilidade de uma concepção

metateórica contemporânea (ME) – reconhecida como um potente instrumento para a análise das ciências naturais – para o tratamento das ciências sociais (neste caso específico, da sociologia). Neste sentido, a pesquisa, inédita no país no que se refere a utilização de ME, impactará em quatro dimensões dos contextos científico e metacientífico, a saber, *a*) relação entre teoria (ciência) e metateoria (filosofia da ciência, *b*) demarcação entre ciências sociais e ciências naturais, *c*) teorias em sociologia e *d*) desenvolvimento da teorização em sociologia. A investigação se propõe a retomar/atualizar o diálogo entre filosofia geral da ciência e a filosofia especial da sociologia, envolvendo neste diálogo não apenas filósofos da ciência, mas também aos sociólogos vinculados às discussões acerca dos fundamentos da sociologia.

Resultados esperados

Em base à pesquisa desenvolvida durante o doutorado (ABREU, 2014b), se prevê dois artigos a serem publicados em periódicos de reconhecida qualidade (Qualis B1 ou superior) e três outros artigos que conformam uma linha de investigação decorrente da/explicitada na tese de doutorado (ABREU, 2014b), a serem também publicados em periódicos de reconhecida qualidade (Qualis B1 ou superior).

Desafios científicos e tecnológicos e os meios e métodos para superá-los

Uma das grandes discussões em filosofia da ciência, especialmente por parte dos cientistas sociais, refere-se ao caráter de cientificidade de suas ciências: relutam em aceitar que os saberes sobre o mundo social sejam tão científicos como os saberes sobre o mundo natural (WRIGHT, 1971). Como adverte-nos Merton (1968), isso se deve a uma concepção equivocada acerca da ciência como um todo, e em especial acerca das ciências naturais. A aproximação entre ciências naturais e sociais existente a partir da percepção das ciências naturais como ciências diacrônicas (um aporte significativo da etapa historicista) ressaltada por Druwe (1987) e a consolidação de ME como a melhor entre as concepções de teoria disponíveis abre caminho para estabelecer-se uma concepção de ciência que não seja nem monista (em sentido de Comte e Mill) e nem relativista (em sentido de Feyerabend), mas uma concepção pluralista, com a qual tanto se respeite as diferenças de cada saber como se leve em consideração as semelhanças estruturais que existem entre os distintos campos de saber, sejam das ciências naturais ou sociais.

Como pode ser visto na extensa literatura metateórica estruturalista (DIEDERICH; IBARRA; MORMANN, 1989 e 1994 e também ABREU; LORENZANO; MOULINES, 2013), usando ME é possível aproximar-se à discussão acerca da cientificidade da sociologia desde uma perspectiva distinta, mais proveitosa tanto para a sociologia como para a ciência como um

todo. Com o resultado da investigação proposta neste projeto se pretende explicitar algo mais concreto neste caminho.

Cronograma

1º semestre: utilizando materiais previamente analisados durante a elaboração da tese de doutorado (ABREU, 2014b), neste período serão redigidos dois artigos com os quais se mostrará que a canônica análise realizada por Merton (1945 e 1948) sobre a relação existente entre teoria e investigação é substancialmente precisada quando tratada desde a perspectiva brindada por ME (em especial a segunda acepção do termo teoria, a saber, a de rede teórica). Se prevê que os dois artigos sejam submetidos entre o quinto e o sexto mês de execução do presente projeto.

2º semestre: este período estará dedicado a releitura das apresentações realizadas por sociólogos acerca da divisão entre “teóricos” e “empíricos” existente no interior da disciplina e posterior redação de um artigo onde, novamente a partir da perspectiva brindada por ME (também em especial a segunda acepção do termo teoria, a saber, a de rede teórica), se mostrará que, se bem efetivamente trabalham em níveis de generalização diferentes, “teóricos” e “empíricos” desenvolvem suas pesquisas sob um mesmo marco conceitual, ou seja, sob um mesmo referencial teórico. Se prevê que o artigo seja submetido entre o décimo primeiro e o décimo segundo mês de execução do presente projeto.

3º semestre: este período, por sua vez, será dedicado a releitura das discussões levadas a cabo por sociólogos acerca da centralidade daqueles trabalhos considerados como clássicos para a disciplina e posterior redação de um artigo onde se mostrará que é possível entender a razão desta “importância”, a princípio peculiar, desde a perspectiva brindada por ME (em especial a segunda acepção do termo teoria, a saber, a de rede teórica e, neste caso, de uma noção ainda pouco trabalhada em ME, a noção de marco teórico – caracterização de uma *família de teorias*), como uma decorrência do nível de desenvolvimento da disciplina. Se bem isto não significa uma novidade relevante, o é, sim, o modo preciso de apresentar este argumento possibilitado por ME, principalmente no que se refere ao tratamento de casos concretos. Se prevê que o artigo seja submetido entre o décimo sétimo e o décimo oitavo mês de execução do presente projeto.

4º semestre: por fim, após a análise dos três aspectos anteriores e em base ao progresso propiciado por tais análises, este período será dedicado a releitura das discussões levadas a cabo sobre a dicotomia explicação/compreensão (e suas implicações) e posterior redação de um artigo onde se mostrará que é possível entender a tradição criada a partir desta dicotomia (e as complicações que ela engendra) como fruto da concepção de teoria (e em consequência de

ciência) então disponível. Se prevê que o artigo seja submetido entre o vigésimo terceiro e o vigésimo quarto mês de execução do presente projeto.

Disseminação e avaliação

Em não se tratando de pesquisa com aplicabilidade imediata, a análise dos resultados será feita com a submissão dos artigos semestrais às comissões de publicação de periódicos especializados, das áreas de filosofia da ciência ou de sociologia. Além deste meio de disseminação, se prevê também a participação, entre outros possíveis, em congressos como o XI Encuentro Iberoamericano sobre Metateoría Estructuralista (2018), o XI Encuentro de Filosofía e Historia de la Ciencia del Cono Sur (2018), o III Congreso Latinoamericano de Teoría Social (2019), em nível internacional, o XVIII Encontro Nacional da ANPOF (2018), o 42º Encontro Anual ANPOCS (2018) e o 43º Encontro Anual ANPOCS (2019), em nível nacional.

Referências

- ABEND, G. The meaning of ‘theory’, **Sociological Theory**, v. 26, n. 2, 2008.
- ABREU, C. La teoría de los grupos de referencia, **Ágora – Papeles de Filosofía**, v. 31, n. 2, 2012.
- _____. Análisis estructuralista de la teoría de la anomia, **Metatheoria**, v. 4, n. 2, 2014a.
- _____. **La propuesta de Robert K. Merton acerca de las teorías de alcance intermedio bajo el análisis de la Metateoría Estructuralista**. 2014b. Tese. Universidad Nacional de Tres de Febrero.
- ABREU, C.; LORENZANO, P.; MOULINES, C. U. Bibliography of Structuralism III (1995-2012 and Additions), **Metatheoria**, v. 3, n. 2, 2013.
- ADAMS, E. W. **Axiomatic Foundations of Rigid Body Mechanics**. 1955. Tese. Stanford University.
- ADAMS, E. W. The Foundations of Rigid Mechanics and the Derivation of its Laws from Those of Particle Mechanics. In: HENKIN, L.; SUPPES, P.; TARSKI, A. (eds.). **The Axiomatic Method**. Amsterdam: North Holland, 1959. p. 250-265.
- ALEXANDER, J. **Twenty Lectures: Sociological Theory Since World War II**. New York: Columbia University Press, 1987.
- _____. The New Theoretical Movement. In: SMELSER, N. J. (ed.). **Handbook of Sociology**. Newbury Park: Sage, 1988. p. 77-101.

- _____. Theories of Sociology. In: CRAIG, E. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres: Routledge, 1998. p. 2-8.
- BALZER, W.; MOULINES, C. U.; SNEED, J. D. **An architectonic for science**: The structuralist program. Dordrecht: Reidel, 1987.
- BECKER, H. **Tricks of the Trade**: How to Think about your Research While You're Doing It. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- CARNAP, R. **Meaning and Necessity**: a Study in Semantics and Modal Logic. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- _____. **Philosophical Foundations of Physics**. New York: Dover, 1966.
- CARNAP, R.; HAHN, H.; NEURATH, O. *Wissenschaftliche Weltauffassung: der Wiener Kreis*, Wien: Arthur Wolf Verlag, 1929.
- CARTWRIGHT, N. Reply to Ulrich Gähde. In: BOVENS, L.; HOEFER, C.; HARTMANN, S. (eds.). **Nancy Cartwright's Philosophy of Science**. New York: Routledge, 2008. p. 65-66.
- COMTE, A. **Cours de philosophie positive**. Paris: J.B. Baillière et Fils, 1830-1844.
- CONTESSA, G. Scientific Models, Partial Structures and the New Received View of Theories, **Studies in History and Philosophy of Science**, v.37, 2006.
- DIEDERICH, W.; IBARRA, A.; MORMANN, T. Bibliography of structuralism, **Erkenntnis**, v. 30, 1989.
- _____. Bibliography of structuralism II (1989-1994 and additions), **Erkenntnis**, v. 41, 1994.
- DÍEZ, J. A.; LORENZANO, P. La concepción estructuralista en el contexto de la filosofía de la ciencia del siglo XX. In: _____ (eds.). **Desarrollos actuales de la metateoría estructuralista**: problemas y discusiones. Bernal: Universidad Rovira i Virgili/Universidad Autónoma de Zacatecas/Universidad Nacional de Quilmes, 2002. p. 13-78.
- DÍEZ, J. A.; MOULINES, C. U. *Fundamentos de filosofía de la ciencia*. 3. ed. rev., Barcelona: Ariel, 2008.
- DILTHEY, W. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Madrid: Revista del Occidente, 1833.
- DRUWE, U. The Structural Identity of the Natural and the Social Science, **Zeitschrift für Allgemeine Wissenschaftstheorie**, v. 18, n. 1/2, 1987.
- ENQVIST, S. A Structuralist Framework for the Logic of Theory Change. In: OLSSON, E. J.; ENQVIST, S. (eds.). **Belief Revision Meets Philosophy of Science**. Dordrecht: Springer, 2011. p. 105-135.
- FRIGG, R. Scientific Representation and the Semantic View of Theories, **Theoria**, v. 55, 2006.

- GALTUNG, J. **Theory and Methods of Social Research**. London: Allen & Unwin, 1967.
- GIERE, R. N. **Understanding Scientific Reasoning**. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1979. (3. ed. Rev., 1991 e 4. ed. rev., 1997).
- _____. **Explaining Science: A Cognitive Approach**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LORENZANO, P.; ABREU, C. Las teorías de alcance intermedio de Robert K. Merton y las concepciones clásica y estructuralista de las teorías. In: MARTINS, R. A. *et al* (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**. Seleção de trabalhos do 6º Encontro. Campinas: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), 2010. p. 482-492.
- MANICAS, P. T. **A Realist Philosophy of Social Science: Explanation and Understanding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MCKINSEY, J. C. C.; SUGAR, A. C.; SUPPES, P. Axiomatic Foundations of Classical Particle Mechanics, **Journal of Rational Mechanics and Analysis**, v. 2, 1953.
- MERTON, R. K. Sociological Theory, **American Journal of Sociology**, v. 50, 1945.
- _____. The Bearing of Empirical Research upon the Development of Sociological Theory, **American Sociological Review**, v. 13, 1948.
- _____. **Social Theory and Social Structure: Toward the Codification of Theory and Research**. Illinois: The Free Press of Glencoe, 1949.
- _____. **Social Theory and Social Structure: 1968 enlarged edition**. Illinois: The Free Press, 1968.
- MILL, J. S. **A system of Logic**. London: J. W. Parker, 1843.
- PRADO, J. H. Tradiciones de investigación y presuposiciones generales en la sociología. **Sociológica**, v. 7, n. 20, 1992.
- QI, L.; ZHANG, H. From the Received View to the Model-Theoretic Approach. In: MAGNANI, L.; LI, P. (eds.). **Philosophy and Cognitive Science**, SAPERE 2, Berlin-Heidelberg: Springer-Verlag, 2012. p. 143-154.
- RITZER, G. **Sociology: A Multiple Paradigm Science**. Boston: Allyn and Bacon, 1980.
- _____. Sociological Metatheory: A defense of a Subfield by a Delineation of its Parameters”, **Sociological Theory**, v. 6, n. 2, 1988.
- _____. Metatheorizing in Sociology, **Sociological Forum**, v. 5, n.1, 1990.
- _____. **Teoría sociológica contemporánea**. México: McGra-Hill, 1993.

- SNEED, J. D. **The Logical Structure of Mathematical Physics**. Dordrecht: Reidel, 1971.
- STEGMÜLLER, W. Walther von der Vogelweides Lied von der Traumliebe und Quasar 3 C 273 - Betrachtungen zum sogenannten Zirkel des Verstehens und zur sogenannten Theorienbeladenheit der Beobachtungen. In: _____. **Rationale Rekonstruktion von Wissenschaft und ihrem Wandel** - Mit einer autobiographischen Einleitung, Stuttgart: Reclam, 1979. p. 27-86.
- SUPPE, F. **The Meaning and Use of Models in Mathematics and the Exact Sciences**. 1967. Tese, Universidad de Michigan.
- _____. What is Wrong with the Received View on the Structure of Scientific Theories?, **Philosophy of Science**, v. 39, 1972.
- _____. The Search for Philosophic Understanding of Scientific Theories. In: _____ (ed.). **The Structure of Scientific Theories**. Urbana: University of Illinois Press, 1974. p. 3-241.
- _____. **The Semantic Conception of Theories and Scientific Realism**. Urbana: University of Illinois Press, 1989.
- SUPPES, P. **Introduction to Logic**. New York: Van Nostrand, 1957.
- _____. What is a Scientific Theory? In: MORGENBESSER, S. (ed.). **Philosophy of Science Today**. New York: basic Books, 1967. p. 55-67.
- _____. **Set-theoretical Structures in Science**. Stanford: Stanford University, 1970.
- SWEDBERG, R. Theorizing in sociology and social science: turning to the context of discovery, **Theory and society**, v. 41, 2012.
- _____. **The Art of Social Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- TOLEDO-NICKELS, U. El esquema metateórico de Ritzer desde la metodología de los programas de investigación, **Cinta de Moebio**, v. 33, 2008.
- VAN FRAASSEN, B. On the Extension of Beth's Semantics of Physical Theories, **Philosophy of Sciences**, v. 37, 1970.
- _____. A Formal Approach to the Philosophy of Science. In: COLODNY, R. (ed.). **Paradigms and Paradoxes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1972. p. 303-366.
- WRIGHT, G. H. **Explicación y comprensión**. Ithaca: Cornell University Press, 1971.
- ZABLUDOVSKY, G. Metateoría y Sociología: el debate contemporáneo, **Revista Sociedad**, v.7, 1995.